



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Queimados
Departamento-Geral de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 01/015/2020 Fls. _____

ANEXO X
MINUTA DO CONTRATO

Instrumento Contratual nº
000/20

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CÂMARA MUNICIPAL DE QUEIMADOS E A
EMPRESA _____.

MINUTA

PREGÃO PRESENCIAL nº. ___/2020.

Aos _____ 7 do mês de _____ de dois mil e vinte, na cidade de Queimados – RJ, celebram o presente contrato, de um lado o CÂMARA MUNICIPAL DE QUEIMADOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 39.485.610/0001-68, com sede na Rua Heloísa, nº 22, CEP 26.383-170, Centro – Queimados/RJ, neste ato representado pelo Exmo. Presidente, Sr. NILTON MOREIRA CAVALCANTE, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade nº 04.725.550-0, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 590.290.807-87, residente e domiciliado nesta Cidade, de agora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, estabelecida na Rua _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, neste ato representada por _____, _____, _____, _____, portador da cédula de identidade nº. _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF/MF sob o nº. _____, residente na Rua _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista a autorização exarada no processo administrativo nº. 01/015/2020, Pregão Presencial nº. 001/2020 e ainda o disposto nas Lei nº. 10.520/02, à Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, à Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis no município e do disposto no presente Edital nº. 01/2020 e seus anexos, atendidas às cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente instrumento tem como objeto a contratação de empresa especializada para instalação, implantação e treinamento em sistemas informatizados e locação de softwares específicos para a administração pública, visando atender a sede do poder legislativo municipal, pelo período



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Queimados
Departamento-Geral de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 01/015/2020 Fls. ____

de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no edital e seus anexos, inclusive o Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA — DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Os seguintes documentos fazem parte do presente contrato, independentemente de transcrição e lhe são anexos:

- a) proposta da CONTRATADA;
- b) edital do Pregão Presencial nº ____/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

Dá-se a este contrato o valor global de R\$ _____ (_____)

para a prestação do serviço previsto na CLÁUSULA PRIMEIRA e para a totalidade do contido na CLÁUSULA QUARTA, a saber:

- a) serviços de implantação e treinamento - 10 (dez) dias no valor de R\$ _____ (_____);
- b) locação de licença de uso de software - 12 (doze) meses, no valor de R\$ _____ (_____).

Parágrafo Único – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados para contratação do objeto, serão reajustados após 12 (doze) meses, a partir da apresentação da proposta na forma prevista no inciso XI do artigo 40 da Lei nº 8.666/93 e c/c art. 3º da Lei nº 10.192/01.

CLÁUSULA QUARTA — PRAZO

O prazo para a prestação dos serviços será:

- a) serviços de implantação a contar da assinatura do Memorando de Início de Serviços de Implantação prazo: até 10 (sessenta) dias sendo improrrogável.
- b) locação de licença de uso de software a contar da assinatura do Memorando de Homologação da Implantação prazo: 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, na forma do art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único - Quaisquer modificações que acarretem serviços extraordinários ou que decresçam valores de remuneração ao contrato inicial deverão ser contemplados em termo aditivo específico.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

Executado o contrato, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Queimados
Departamento-Geral de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 01/015/2020 Fls. _____

pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para atender as despesas decorrentes do presente contrato, advirão das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA DE TRABALHO: _____

FONTE: _____

ELEMENTO DE DESPESA: _____

EMPENHO: _____

Parágrafo Único - Os recursos relativos aos períodos subsequentes serão empenhados de acordo com as diretrizes da Lei Complementar nº. 101/00.

CLÁUSULA SÉTIMA – RENÚNCIA A DIREITOS

O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste contrato não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

CLÁUSULA OITAVA - AMPARO LEGAL

Este contrato rege-se por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente o que estabelece a Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, Lei nº. 8.666, de 21.06.93 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883, de 08.06.94, a Lei nº.9.648, de 27.05.98, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.88 em seu artigo 37, XXI, bem como, por todas as disposições legais que vierem complementar, alterar ou regular, os acima referenciados diplomas legais.

Para os casos omissos ou dúbidas na interpretação do presente instrumento, aplicar-se-á a Lei nº. 8.666/93, e na hipótese de omissão por parte desta Lei, é de se resolver a omissão pela aplicação supletiva dos princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado contidos nos artigos 481 e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA NONA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado nos termos da alínea “a” do art. 40 da Lei nº. 8.666/93, por meio de petição que deverá ser instruída com as notas fiscais eletrônicas, empenho, certidões de regularidade fiscal, indicadas no edital; bem como relatório da Comissão fiscalizadora do contrato, descrevendo a qualidade dos serviços prestados e avaliação do nível de qualidade dos mesmos.

Devendo, ainda a referida comissão certificar, o adimplemento da obrigação, avaliando a qualidade e eficiência da execução do objeto contratado. Só serão pagos os serviços efetivamente realizados sem defeitos ou imperfeições.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Queimados
Departamento-Geral de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 01/015/2020 Fls. _____

Parágrafo Primeiro - O prazo para pagamento é de até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente à efetiva entrega do objeto.

Parágrafo Segundo - O contratado deverá comprovar a quitação com encargos sociais, advindo da presente prestação de serviços, tributos estaduais e municipais, instruindo o pedido de pagamento com os seguintes documentos:

I - a nota fiscal eletrônica devidamente atestada;

II - empenho;

III - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, ou Certidão Positiva com efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

IV - certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

V - certidão Conjunta Negativa de Débito ou Positiva com efeito Negativo de Tributos Federais expedida pela Receita Federal (RFB), Dívida Ativa da União da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Contribuição Previdenciária e às de Terceiros (RFB) da sede da licitante.

Parágrafo Terceiro - A comprovação dos itens III, IV e V visa afastar a responsabilidade subsidiária do contratante em caso de inadimplência das obrigações trabalhistas do contratado.

Parágrafo Quarto - Quando o pagamento vier a ser efetuado em prazo superior, o valor devido será acrescido a título de penalização, juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, também “Pro-rata”, de acordo com o que preceitua o artigo 40, inciso XIV, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, contados a partir do seguinte ao seu vencimento e até o dia de seu efetivo pagamento.

Parágrafo Quinto - Os pagamentos eventualmente antecipados, ou seja, efetuados antes da data do vencimento, sofrerá um desconto com base na variação do índice de TR (Taxa Referencial de Juros), “Pro-rata tempore”.

Parágrafo Sexto - O pagamento da implantação será realizado após relatório do fiscal de contrato.

Parágrafo Sétimo - O pagamento da licença de locação será realizado na forma após relatório do fiscal de contrato.

Parágrafo Oitavo - A CONTRATANTE poderá efetuar a retenção de valores devidos a CONTRATADA, em casos de inadimplência dos encargos trabalhistas, encargos sociais, previdenciários e comerciais, que forem apurados em sede própria do Poder Judiciário ou que forem apurados pelo CONTRATANTE, através de processo administrativo, até que haja a regularização da dívida, na forma preconizada pelo art. 71 e seu §1º da Lei nº 8.666/93. O mesmo procedimento também será adotado nas hipóteses prevista no art. 70 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA — PENALIDADES



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Queimados
Departamento-Geral de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 01/015/2020 Fls. _____

Pela infração dos termos deste documento ou do edital, incluindo seus anexos, a Administração poderá garantir a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito, quando ao não cumprimento de quaisquer obrigações contratuais, consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos ao objeto;

b) MULTA.

Parágrafo Primeiro - Multa pelo atraso injustificado na entrega do objeto licitado, na instalação ou na substituição do objeto desconforme com as especificações, na seguinte conformidade:

a) atraso de até 05 (cinco) dias, multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) sobre

o valor do contrato pendente por dia de atraso;

b) atraso superior a 05 (cinco) dias, multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite máximo de 15% (quinze por cento); após o 16º dia de atraso, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como não executado.

Parágrafo Segundo - Multa pelo descumprimento dos prazos estipulados para atendimento e/ou resolução de problemas:

a) atraso de até 02 (duas) horas no atendimento da chamada, sem justificativa aceita pela Administração: multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal referente ao serviço contratado.

b) atraso superior a 02 (duas) horas no atendimento da chamada, sem justificativa aceita pela Administração: multa de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura mensal, aplicado a cada hora de atraso até o limite máximo de 36% (trinta e seis por cento); após a 36ª hora de atraso não justificado, o objeto será considerado como não executado.

c) atraso de até 08 (oito) horas na resolução do problema, sem justificativa aceita pela Administração: multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal referente ao serviço contratado.

d) atraso superior a 08 (oito) na resolução do problema, sem justificativa aceita pela Administração: multa de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura mensal, aplicado a cada hora de atraso até o limite máximo de 36% (trinta e seis por cento); após a 36ª hora de atraso não justificado, o objeto será considerado como não executado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Além daquelas responsabilidades previstas no edital obriga-se a CONTRATADA tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em consequência da execução dos serviços, sendo de sua responsabilidade a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, desde que comprovada a sua culpa.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA será única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Queimados
Departamento-Geral de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 01/015/2020 Fls. _____

execução dos serviços objeto deste contrato, respondendo por si ou por seus sucessores.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA será também responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária e previdenciária, bem como por todas as da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurnos e noturnos), inclusive despesas com equipamentos necessários a execução dos serviços contratados, em suma, por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigará-se a cumprir fielmente todas as rotinas e obrigações incluídas na legislação pertinente neste termo de referência, seus anexos e no edital, e as que se seguem:

I - Instalar os sistemas objeto deste Termo de Referência em perfeitas condições de uso, nos prazos e Servidores de Dados indicados pelo Diretoria-Geral de Administração;

II - Cumprir fielmente todos os termos do contrato de prestação de serviços;

III - Realizar os serviços de instalação nos horários determinados pelo CONTRATANTE;

IV - Fornecer, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, quaisquer softwares adicionais, necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas;

V - Durante a execução dos serviços os empregados da CONTRATADA deverão observar as normas internas da CONTRATANTE;

VI - Substituir o técnico que tenha demonstrado conduta inadequada ou incapacidade técnica durante a execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE, responsabilizando-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que este ou seus prepostos venham ocasionar a Câmara Municipal de Queimados ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo durante a execução dos serviços, devendo o valor ser descontado no pagamento;

VII - Responsabilizar-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que possam vitimar seus empregados, quando dos serviços atinentes ao, objeto desta contratação;

VIII - Fornecer todos os esclarecimentos, que forem solicitados pelo CONTRATANTE;

IX - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em razão da natureza dos serviços contratados, incluindo a atualização de dados de controle de arrecadação de tributos;

X - As despesas de transporte, alimentação, hospedagem, instalação dos softwares serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;

XI - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos para execução/fornecimento do objeto avençado;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Queimados
Departamento-Geral de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 01/015/2020 Fls. _____

XII - Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento e execução do contrato, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE;

XIII - Respeitar, durante a execução do objeto todas as LEIS e normas vigentes;

XIV - Definir o cronograma de realização de treinamentos, devendo comunicar a CONTRATADA com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis do início da capacitação;

XV - Designar os Servidores que farão os treinamentos previstos no contrato;

XVI - Manter preposto e responsável pela supervisão permanente dos serviços prestados durante a vigência do contrato, com poderes de representante legal, e um substituto para tratar de todos os assuntos pertinentes ao contrato, sem ônus para a CONTRATANTE. O preposto deverá ser apresentado formalmente na reunião inicial do contrato a ser comunicada pelos gestores dos contratos;

XVII - Proibir a vinculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração Municipal;

XVIII - Executar os serviços por intermédio de profissionais qualificados, com experiência e conhecimentos compatíveis com os serviços a serem executados;

XIX - Submeter as decisões e documentos técnicos do objeto à aprovação do Diretoria-Geral de Administração;

XX - Durante a vigência do contrato a interrupção do serviço sujeita a às penalidades, salvo por motivo formalmente encaminhado a CONTRATANTE e antecipadamente;

XXI - Responsabilizar-se pelo cumprimento das LEIS Trabalhistas, da previdenciária, social e normas reguladoras de saúde e segurança do trabalho;

XXII - A interrupção na execução dos serviços não interrompe a contagem dos prazos de execução contratual ou previsão no organograma de treinamento, salvo por motivo justificado e acolhido pela CONTRATANTE;

XXIII - O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

XXIV - No período de prestação de serviços, a CONTRATADA fica obrigada a refazer, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos que apresentarem vícios, defeitos ou imperfeições resultantes da fabricação ou da execução do fornecimento;

XXV - Fornecer documentação completa dos softwares, esquemáticos, dicionário de dados, assim como manuais com características técnicas, instruções de instalação, operação e manutenção em campo do sistema, na forma de impressos originais em gráfica. A ausência implicará em sanções administrativas;

XXVI - Após a instalação dos sistemas, deverá ser ministrado, sem ônus, treinamento técnico e operacional sobre seu funcionamento, para a equipe



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Queimados
Departamento-Geral de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 01/015/2020 Fls. _____

de operação designada pela CONTRATANTE, no local da instalação e no período determinado pela CONTRATANTE;

XXVII - Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus profissionais;

XXVIII - Garantir a execução do objeto em interrupções, mantendo permanentemente equipe com a quantidade de componentes dimensionada para a execução do serviço, substituindo em caso de necessidade e sem ônus para a CONTRATANTE, quaisquer recursos que se façam necessários;

XXIX - Manter os profissionais, quando nas dependências da CONTRATANTE, devidamente identificados por crachá, com nome e foto visíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONTRATANTE, através da Diretoria-Geral de Administração, por servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, ou empresa especialmente CONTRATADA para o gerenciamento e fiscalização, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução da obra CONTRATADA, incumbindo-lhe a prática de todos os atos próprios ao exercício deste mister, definidos na legislação pertinente, inclusive quanto à aplicação de penalidades previstas neste contrato e na legislação em vigor, observando as orientações da Controladoria Geral Legislativa.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades, desde que previstos no edital.

Parágrafo Segundo – É outorgada à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste contrato, no edital, nas especificações, nos projetos e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione direta ou indiretamente com os serviços objeto do presente contrato.

Parágrafo Terceiro – A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade da CONTRATADA no que concerne à prestação dos serviços, a sua execução e as consequências e implicações próximas ou remotas, perante ao CONTRATANTE ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do objeto do contrato não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quarto – O CONTRATANTE terá direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização, ou ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, após advertência por escrito.

Parágrafo Quinto – No caso de recusa ou demora no atendimento de qualquer reclamação do CONTRATANTE, poderá esta confiar a outrem a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Queimados
Departamento-Geral de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 01/015/2020 Fls. _____

execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo de uma só vez no primeiro pagamento mensal a ser feito a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito de reclamação e/ou indenização, sem prejuízo de outras hipóteses previstas neste instrumento, nos casos indicados nos artigos 77 e 78, incisos I a XI da Lei nº. 8.666/93. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme previsto nos artigos 77 e 78, incisos XII à XVII do mesmo diploma legal, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a devolução pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

Parágrafo Primeiro - Caso o CONTRATANTE tenha que ingressar em juízo para fazer valer este instrumento, bastará alegar os fatos constitutivos de seu direito, competindo à CONTRATADA o ônus de provar o contrário. Se o CONTRATANTE for réu ou litisconsorte passivo, bastará a sua alegação dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da CONTRATADA e a esta restará o ônus da prova contrária.

Parágrafo Segundo - O CONTRATANTE poderá resilir o presente contrato antes do seu término, não gerando este ato, direito de indenização à CONTRATADA, em razão do cumprimento das diretrizes da Lei Complementar nº. 101/00.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

São obrigações do Gestor do Contrato:

- I** – manter sob sua guarda o processo administrativo de contratação, durante toda a vigência do contrato;
- II** – manter controle do prazo de vigência do instrumento contratual;
- III** – providenciar pedidos de emissão de nota de empenho (NE) para cobertura de exercício financeiro, pedidos de reempenho, cancelamento, reforço, etc, quando foro o caso;
- IV** – receber e providenciar solução junto à CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais, informados e não solucionados, encaminhando à Administração, caso não seja possível saná-los sem intervenção oficial;
- V** – receber e analisar quaisquer solicitações encaminhadas pela CONTRATADA;
- VI** – responder a eventuais esclarecimentos técnicos da CONTRATADA;
- VII** – após a conclusão da contratação, providenciar cópias e/ou anotações de todas as informações relevantes a respeito do contrato, bem como de toda a documentação e legislação pertinentes;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Queimados
Departamento-Geral de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 01/015/2020 Fls. _____

VIII – manter registro das ocorrências relevantes referentes ao contrato, incluindo

IX – apresentar, quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução dos serviços;

X – notificar a Administração sobre quaisquer falhas ou atrasos na execução dos serviços, bem como qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas (caso não consiga solucioná-las no contato com o preposto da CONTRATADA);

XI – atestar as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA (verificando ser correto preenchimento), após a adimplimento da obrigação no período de referência, anexando roteiros, laudos técnicos, relatórios fotográficos (se for o caso), termos de conferência, etc.

Parágrafo Primeiro – Ficarão reservados ao Gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione como o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o CONTRATANTE ou modificação do contrato.

Parágrafo Segundo – As decisões que ultrapassem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA ao Exmo. Sr. Presidente – Gestor do Contrato, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

Parágrafo Terceiro – O Gestor do Contrato deverá observar as orientações e recomendações da Controladoria Geral Legislativo no momento da fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar o pagamento nos prazos e condições pactuados, quando estiverem de acordo com o exigido.

Parágrafo Primeiro - Deverá responsabilizar-se pela infra - estrutura e instalações elétricas necessárias ao funcionamento dos equipamentos que hospedarão os sistemas.

Parágrafo Segundo - De acordo com as normas e procedimentos previamente estabelecidos, permitir o acesso às dependências de cada Órgão/Secretaria, quando necessário aos técnicos da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - Prestar as informações e os esclarecimentos que venha a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA necessário para a execução do objeto.

Parágrafo Quarto - Aprovar ou rejeitar no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

Parágrafo Quinto - Fornecer as condições necessárias para os levantamentos dos requisitos exigidos para o desenvolvimento dos sistemas pela CONTRATADA.

Parágrafo Sexto - Aprovar ou reprovar as soluções tecnológicas propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Queimados
Departamento-Geral de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 01/015/2020 Fls. _____

O CONTRATANTE fará publicar obrigatoriamente o resumo deste contrato no órgão de imprensa que realiza suas publicações oficiais na forma do disposto no Parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – REMESSA AO T.C.E

Obrigará-se-á o CONTRATANTE a providenciar a remessa deste instrumento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – T.C.E-RJ, no prazo legal, após sua regular publicação, na forma da Deliberação TCE-RJ nº 280/17.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

Para qualquer procedimento judicial fica eleito o foro da Comarca de Queimados – Estado do Rio de Janeiro, renunciando a CONTRATADA por si e por seus sucessores a qualquer outro que tenha, ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que o mesmo gere os seus devidos e legais efeitos.

Queimados, ____ de _____ de _____

CONTRATANTE: _____
NILTON MOREIRA CAVALCANTE
PRESIDENTE

CONTRATADA: _____
CONTRATADA